



REQUERIMENTO Nº , DE 2015 – CMA

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a crise hídrica no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA para discutir a crise hídrica no Brasil.

Por oportuno, apresento sugestão de que sejam convidados para o presente Seminário:

- Sra. Izabella Teixeira - Ministra do Meio Ambiente;
- Sr. Helder Barbalho - Ministro da Pesca e Aquicultura;
- Sr. Neidson Batista - Coordenação da Articulação do Semiárido (ASA/Brasil);
- Sr. André Villas-Bôas - Secretário Executivo do Instituto Socioambiental (ISA);
- Sr. Carlos Nobre - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

JUSTIFICAÇÃO

A escassez de água que atinge diversas regiões do Brasil, sobretudo a Região Sudeste, é tema diretamente relacionado aos interesses estratégicos do país. Por isso mesmo, tem sido constante na pauta nacional na medida em que tem se agravado de forma acentuada nos últimos meses.

SF/15988.81279-84



SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA REGINA SOUSA

A crise de abastecimento que está colocada já vem trazendo impactos diretos para a população e para a economia brasileira. Mesmo que ainda esteja concentrada no Sudeste, é consenso que o impacto poderá se espalhar pelo país. Se não por dificuldades no abastecimento, na alta do preço da luz e da comida e no enfraquecimento da economia, pois a necessidade de um racionamento de água trará consequências diretas com o aumento de custos e queda nas atividades. Os prognósticos são alarmantes e o legislativo brasileiro não pode estar omissos a este debate, de maneira que, com a maior urgência possível, deve buscar as medidas mais imediatas que possam ao menos minimizar os problemas e, também, soluções estruturais que tragam tranquilidade para o povo brasileiro a médio e longo prazo.

A forte estiagem que vivemos nos últimos anos, as elevadas temperaturas registradas, a concentração populacional ocorrida nas últimas décadas nos grandes centros, aliado ao crescimento do consumo, faz com que o país tenha necessidade de buscar soluções efetivas para o problema que já é presente nas regiões citadas e se avizinha das demais. Cumpre-se também o debate sobre as consequências do desmatamento desenfreado, sobre o impacto das mudanças climáticas, sobre o próprio modelo de desenvolvimento que estamos adotando.

Em uma situação de crise é preciso que as informações sejam tratadas de forma séria e confiável e que as medidas levem em consideração o conjunto da população, prevalecendo o interesse público. A sociedade precisa saber a extensão dos problemas e quais são as consequências imediatas e de médio e longo prazo. E cabe ao parlamento ouvir especialistas e autoridades públicas envolvidas para que, conjuntamente, sejam apontadas as alternativas possíveis.

Assim, consideramos como um passo fundamental a realização de Audiência Pública nesta Comissão, que possa se desdobrar em uma discussão de qualidade, ampla e transparente.

Sala das Comissões, em 10 de março de 2015.

Senadora REGINA SOUSA
(PT / PI)

SF/15988.81279-84